

DANÇANDO NA ESCOLA, POLITIZANDO A DANÇA: um estudo sobre o projeto dança escolar da Prefeitura Municipal de São José.*

Elaine Cristina Pereira Lima**
Luciana Fiamoncini***

Resumo Abstract

O presente artigo trata da pesquisa realizada sobre o projeto Dança Escolar, no município de São José-SC. Trazemos parte da discussão sobre o projeto dança escolar enquanto política pública e a concepção de educação e dança presente no mesmo. A partir disso, procuramos refletir e compreender políticas públicas, educação e dança dentro da nossa realidade escolar, visando uma educação emancipada.

Palavras-chave: políticas públicas -
educação - dança

This article deals with the research done on the project Dance at School that took place in the town of São José – SC. Part of the discussion on the project Dance at School as a public policy and the concept of education and dance present in it are dealt with. We try to reflect upon and understand the public policy, education and dance within the reality of our schools aiming at an emancipating education.

Key-words: public policy - education -
dance

INTRODUÇÃO

O interesse em pesquisar/estudar o projeto Dança Escolar partiu inicialmente de várias curiosidades: entender como este projeto surgiu no município de São José; como ele acontecia nas escolas; como a Dança era ensinada; por fim, entender o real interesse de uma prefeitura em implantar um projeto com estas características nas escolas municipais.

Essas dúvidas não surgiram do nada, tampouco eram somente minhas, mas surgiram de algumas discussões que aconteceram durante o Curso de Especialização, onde estudamos projetos extracurriculares e parâmetros curriculares implantados nas escolas públicas nos últimos anos. Em meio a estas indagações predominaram as que estavam relacionadas ao verdadeiro interesse do Estado em implantar projetos extracurriculares em escolas públicas.

Pensando em tudo isso e levando em consideração as nossas experiências profissionais, sonhos, angústias e inquietações, optamos por estudar o projeto “Dança Escolar” do município de São José. Tivemos como objetivos: discutir o projeto “Dança Escolar” enquanto política pública, bem como compreender qual a concepção de políticas públicas, Educação e Dança presentes no mesmo; investigar contribuições deste projeto

na formação dos alunos e, por último, verificar qual a relação deste projeto extracurricular com a Educação Física curricular.

Para a concretização deste estudo optamos pela pesquisa qualitativa, por concordar com as autoras Lüdke e André (1986), para quem o fenômeno educacional não pode ser estudado de forma isolada, pois ele está situado dentro de um contexto social, por sua vez inserido dentro de uma realidade histórica e sobre toda uma série de determinações.

A coleta de dados foi realizada através de entrevistas semi-estruturadas e análise documental. Foram efetuadas sete entrevistas, sendo uma com a coordenadora de Educação Física da Secretaria Municipal de Educação de São José, duas com as coordenadoras (que também atuavam como professoras de Dança) e quatro com professoras do projeto Dança Escolar. Para a análise documental tivemos acesso ao projeto piloto, que deu fundamentação a todos os outros projetos de Dança apresentados à secretaria. Algumas informações também foram obtidas por meio de conversas por telefone e em encontros informais, enquanto falávamos sobre os encaminhamentos da pesquisa.

Seguimos este artigo fazendo uma breve descrição do projeto Dança escolar.

DESCRIÇÃO DO PROJETO DANÇA ESCOLAR

O surgimento do projeto Dança Escolar da prefeitura municipal de São José culminou com três eventos que aconteceram paralelamente. São eles: a criação e regulamentação da proposta curricular do município para o ensino da Educação Física, a regulamentação oficial das atividades extracurriculares e a iniciativa de duas professoras em lecionar Dança nas aulas de Educação Física.

O projeto tinha como principal característica ser uma atividade extracurricular. Por isso ele era optativo. As inscrições eram realizadas no início do ano letivo, com vagas limitadas, havendo na maioria das vezes a necessidade de sorteio ou chamada por número de inscrição. Uma vez inscrito o (a) aluno (a) deveria cumprir as seguintes exigências: ter o compromisso de frequentar as aulas pelo menos um semestre, podendo ter no máximo três faltas consecutivas sem justificativas, e apresentar um aproveitamento mínimo (média cinco) em suas avaliações bimestrais. O não cumprimento destas exigências poderia resultar na sua exclusão do projeto.

As aulas de Dança eram realizadas duas vezes por semana, preferencialmente em dias alternados, com a duração de 45 minutos à 1 hora

e 30 minutos por aula, dependendo da faixa etária e nível dos alunos, sempre no período oposto às aulas. Para melhor aproveitamento das aulas, as turmas dividiam-se em categorias: iniciantes, nível I e nível II.

Em agosto de 2004 os professores, alunos e coordenadores do projeto Dança Escolar receberam da Secretaria Municipal de Educação de São José a notícia de que a partir daquele dia todos os projetos extracurriculares teriam de acabar.

No projeto Dança Escolar, dos quatorze professores, onze foram demitidos. Dos onze pólos de Dança que existiam, apenas três continuaram, na função da abertura dos Joguinhos Abertos 2004, sediados em São José. Logo após a abertura deste evento restaram apenas dois pólos de Dança, ainda assim devido ao apoio da escola e pressão da comunidade, alunos, pais, professores e outros, através de passeatas e abaixo assinados. Os motivos apresentados pela prefeitura às escolas e à comunidade foram a necessidade de diminuir gastos com a folha de pagamento para a prestação de contas com o Ministério Público e a lei de responsabilidade fiscal, e a existência de muitos funcionários em desvio de função e de outros que só compareciam no final do mês para receberem seus salários.

POLÍTICAS PÚBLICAS, EDUCAÇÃO E DANÇA

Iniciamos este item com três perguntas, as quais pretendemos responder ao longo deste artigo. São elas: o que são políticas públicas? Para que servem? A quem ou a que tipo de interesses elas atendem?

Para Azevedo (1997), política pública define-se como o Estado em ação. Dentro da visão desta autora, a política pública dá materialidade e visibilidade ao Estado, incluindo as ações e não ações¹ políticas, que o mesmo irá determinar segundo seus interesses com e/ou para a sociedade. Pensando dessa forma pode-se dizer então que o Estado depende das políticas públicas para afirmar sua importância e assim garantir sua existência. No entanto, para termos um entendimento satisfatório sobre políticas públicas, faz-se necessário também compreendê-las dentro de um contexto mundial e do capitalismo neoliberal, sistema vigente em nosso país.

Segundo Demo (1995), dentro da ideologia Capitalista Neoliberal de Estado Mínimo, o mercado é o regulador não só da economia, mas também da sociedade. Com a diminuição

da atuação do Estado o mesmo tem como objetivo maior garantir o lucro das empresas e criar políticas públicas de compensação, para assistir os que não conseguem inserir-se adequadamente no mercado de trabalho. As políticas públicas servem como mecanismos para diminuir as desigualdades sociais e abrandar os conflitos de classe, que são inerentes e inevitáveis, já que segundo o pensamento Neoliberal a pobreza é produto da própria incompetência diante das relações de mercado. Portanto, somente o mais competente se estabelece.

É dentro deste contexto que entram as políticas públicas assistencialistas², com a intenção de mascarar a realidade das classes populares, os ditos “incompetentes”. Estes sujeitos são iludidos e manipulados pelo Estado, que utiliza a falta de conhecimento e a ingenuidade das pessoas, tornando-as clientes de suas obras assistencialistas, que são vendidas através de seus discursos como melhoria da qualidade de vida e conquista da cidadania. Quando sabemos que:

“A política social que não implica em mudanças correspondentes nas relações de mercado, acaba cultivando a pobreza; política social que não tem como objetivo a

emancipação, atrela a população a benefícios, tendo como seqüela à acomodação e o parasitismo" (DEMO, 1995:79).

Para este mesmo autor, a cidadania só pode ser conquistada através da educação transformadora, que se funda na capacidade crítica. Com base nela, os sujeitos podem intervir de modo alternativo, buscando a emancipação por meio da cidadania, vista aqui como "competência humana de fazer-se sujeito, para fazer história própria e coletivamente organizada" (Idem, p. 03).

É de nossa responsabilidade como educadores acabar com a pobreza política, que nos trás o atraso econômico, político, social e o não cumprimento dos nossos direitos. Porém, isso só acontecerá diante da diminuição da pobreza material. Para Demo (1995), acabar com a pobreza política é necessário, vencer a pobreza material é um instrumento crucial. Para ele, a pobreza política só pode ser transcendida através da educação comprometida com a emancipação, que é o processo histórico de conquista e exercício da qualidade de ATOR consciente e produtivo. Trata-se da formação do sujeito capaz de definir e de ocupar espaço próprio, recusando ser reduzido a objeto. Portanto, para a

emancipação o sujeito deve compreender sua condição histórica, seu papel na sociedade, deve ler criticamente a realidade, impor-se à dominação. Emancipar é emancipar-SE. O sujeito assume este processo, que pode ser chamado de LIBERTAÇÃO. Dentro deste processo a emancipação deve ser motivada, não controlada/conduzida. A escola é um dos ambientes em que este processo pode e deve acontecer.

Prefaciando uma das obras de Paulo Freire, Gadotti reafirma esta idéia dizendo que devemos combater "a concepção ingênua da pedagogia que se crê motor ou alavanca da transformação social e política. Combater igualmente a concepção oposta, o pessimismo sociológico que consiste em dizer que a educação reproduz mecanicamente a sociedade". (2001, p.10). Este mesmo autor completa dizendo que devemos nos centrar num pensamento pedagógico que leve "o educador a engajar-se social e politicamente, a perceber as possibilidades da ação social e cultural na luta pela transformação das estruturas opressivas da sociedade classista (idem p. 10). Concluindo, Gadotti reconhece que a educação é essencialmente um ato de conhecimento e de conscientização³ e que, por si só, não leva uma sociedade a livrar-se da opressão.

Para que essa mudança inicie é necessário despir-se da neutralidade frente ao mundo sem fugir da realidade concreta, usar o conhecimento e a conscientização, como meio de mobilização social, fazer com que educadores e alunos entendam que podem ser agentes transformadores e construtores das suas próprias realidades, pois “o cotidiano escolar representa o elo final de uma complexa cadeia que se monta para dar concretude a uma política, entendida como: programa de ação diferente da política ou domínio político” (AZEVEDO, 1997:60).

Educação libertadora e transformadora, em busca do compromisso político com a cidadania emancipada significa garantir o direito de todos os cidadãos a construir por meio de um planejamento social organizado, juntamente com o estado, políticas públicas sociais comprometidas com os interesses reais da sociedade, valorizando o direito à vida, liberdade, justiça e equidade.

A Educação Física, vista aqui como parte integrante da educação e como disciplina curricular obrigatória a ser trabalhada nas escolas, não fica de fora do alcance das influências dos “tentáculos” neoliberais.

Na Educação Física essas influências dão-se também através da apropriação de alguns de seus con-

teúdos por parte do Estado, mais especificamente do esporte, para a implantação de projetos, em escolas públicas (por meio de atividades extracurriculares) e nas comunidades, com o objetivo - segundo seus discursos de campanha - de promover através do esporte a inclusão social de crianças e adolescentes e o lazer para os trabalhadores.

A iniciativa por parte dos governantes em instituir projetos com características educativas e de lazer para os estudantes e trabalhadores, respectivamente, não é o verdadeiro problema. A verdade é que existem vários interesses por trás da implementação dessas atividades extracurriculares nas escolas e nas comunidades que não têm nada a ver com objetivos sócio-educacionais, principalmente de cunho emancipatório, que é o que deveria prevalecer.

Vivemos atualmente em uma sociedade que historicamente construiu um mundo que, na teoria, seria bom para viver: de um lado, temos toda a tecnologia, a ciência, pesquisas, enfim, uma infinidade de conhecimentos e informações que buscam o bem estar social ou como diz Freire (2001:18), um “exercício pleno da maneira Humana de existir”. De outro lado, convivemos com a miséria, a fome, a destruição da natureza. Que tipo de sociedade é esta que exclui a

maioria, para dar riqueza para uma minoria? E onde mesmo aqueles que têm acesso a todos os benefícios que o dinheiro e o poder podem lhes trazer, também vivem em constante sofrimento? Diante disso pode-se dizer que estamos caminhando para a desumanização da sociedade, e entendemos sobre isso que “comprometer-se com a desumanização é assumi-la e, inexoravelmente, desumanizar-se também”. (FREIRE, 2001:19).

Esta mesma civilização, que ao longo de milhares de anos procurou descobrir a “poção” para a sua sobrevivência, acabou por criar o veneno que pode causar a sua destruição. Parece-nos que nós seres humanos estamos anestesiados, como se estivéssemos sendo preparados para uma grande cirurgia. O esquecimento ou neutralidade dos sentimentos e valores humanos, motivados pelo excesso de racionalidade, causa-nos a desumanidade necessária para nosso próprio fim.

Como educadores que somos, neste momento temos que resgatar os valores humanos há muito esquecidos. Esse resgate implica na legitimação de processos pedagógicos que privilegiem a construção do homem enquanto sujeito histórico, com a afirmação de todos os seus valores, sentimentos, culturas e direitos construídos e conquistados historicamente.

A Dança, entendida aqui enquanto Arte de expressar-se em movimento e/ou através do movimento, pode contribuir/facilitar dentro do processo educacional para uma educação que tenha como prioridade o desenvolvimento de todas as dimensões humanas. Desde que a mesma esteja pautada em uma perspectiva crítica e que se comprometa com a transcendência de estigmas impostos pela ideologia dominante. Uma das grandes contribuições da Dança para a educação do ser humano, segundo Marques (1999), é educar sujeitos que sejam capazes de criar pensando e resignificando o mundo em forma de Arte. O fazer-sentir Dança enquanto Arte nos permite um tipo diferenciado de percepção crítica da Dança, de suas relações com seu eu e com o mundo.

Uma das visões mais incisivas sobre a influência da Arte no contexto sócio cultural e na formação da pessoa é de que a Arte amplia a visão de mundo⁴, modificando a visão do ser humano e, sobretudo, impelindo ao agir transformador. Com isso, tem um papel importante, para alguns até decisivo, na formação da pessoa e na sua atuação no contexto social”. (SARAIVA KUNZ, 2003:333).

Sendo assim podemos refletir, a exemplo do que já foi menciona-

do, que devemos pensar a Dança na escola como agente transformador pois ela possibilita, quando entendida como linguagem artística, uma reflexão da sociedade e da realidade em que vivemos; ela permite as mais diferenciadas experimentações de movimentos, criação, expressão e sensibilização em busca da exploração das potencialidades humanas. Não nos iludimos em pensar que a Dança fará as transformações necessárias e/ou resolverá todos os problemas; queremos dizer sim que a Dança, por meio de todas as suas contribuições, pode ser muito importante nos processos de transformação do sujeito perante a sociedade.

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS OBTIDOS NO CAMPO

Durante todo o processo de coleta de dados encontramos alguns apontamentos e situações que mereceram um olhar mais atencioso de nossa parte. Seleccionamos algumas questões que serão aqui apresentadas e analisadas no sentido de desenvolver algumas discussões. A partir disso, identificamos duas categorias que consideramos de maior relevância para este artigo:

- Compreensão do projeto Dança Escolar enquanto política pública;

- A concepção de Dança, ensino encontradas neste projeto.

O fato do projeto Dança Escolar ter sido interrompido em junho de 2004, por motivos não muito convincentes, evidenciou a grande diferença existente entre: ações políticas partidárias e ações político-sócio-educacionais. O que presenciávamos com a interrupção do projeto foi um cenário de disputa política e o uso ilimitado da máquina pública em busca de votos e poder. Principalmente por este ter sido um ano de eleições municipais.

Sobre a compreensão do projeto enquanto política pública a professora Carla diz que: “Ela (a política pública) não é feita para atender os anseios da comunidade, ela é feita para atender exigências, (...) do FMI, de lei”. Para a coordenadora Odete “o grande papel da política pública é trazer o conhecimento, investir nele. Porém, o que não podemos deixar de dizer é: Quem está por trás da política pública? O homem bom ou o homem ruim? Qual o resultado que ele quer para esta política pública? Quem é que vale mais, a criança ou a política pública? Na verdade é o poder! Para Linhales:

O conteúdo de uma política social, bem como as possibilidades para sua implementação, guarda estreita relação com a natureza do

Estado que, em outros termos, significa a forma como se processam os arranjos políticos que lhes dão sustentação. Estes por sua vez, interferem na seleção de prioridades para alocação de recursos públicos, que são extraídos da população e que a ela deveriam retornar, redistributivamente, na forma de programas e serviços públicos (LINHALES, 1998:72-73).

Diante destes fatos ficou para nós claro que existe um grande abismo entre as políticas públicas que temos e as políticas públicas que queremos e, com a sociedade em que vivemos e a sociedade que almejamos. As políticas públicas que deveriam ser baseadas na preocupação do Estado em conseguir amenizar os problemas da sociedade se restringem, quase sempre, a resultados imediatistas e funcionalistas. Com base na redistribuição de renda deveriam ser feitos diversos investimentos nas mais diferentes áreas, sejam elas econômicas ou sociais, desde que os interesses reais sejam pautados na diminuição das desigualdades sociais, na garantia dos direitos historicamente adquiridos e também na construção de outros direitos que venham ser necessários para garantir a vida, a dignidade, equidade e alteridade. No entanto o que vimos foi à inversão destes valores e o uso indiscriminado do poder e do dinheiro público. Neste caso, a valorização

da riqueza e complexidade de todo o processo educacional foi esquecida, importando apenas o resultado final.

Além disso, faltou irremediavelmente o apoio da prefeitura em relação à melhoria das estruturas de sala de aula, materiais, compra de uniformes, figurinos, entre outros. Todos os professores entrevistados disseram que foram necessárias cobranças de taxas optativas durante a realização dos projetos, fazer rifas ou confeccionar artesanatos e vendê-los, para sanar estes problemas.

A questão da capacitação dos professores foi também severamente criticada pelas entrevistadas. Todas concordaram que durante todo o tempo em que o projeto aconteceu foram pouquíssimas as oportunidades oferecidas pela prefeitura para a contratação de palestrantes, participação em congressos, cursos, entre outros. Sobre isso a professora Luíza comenta: "Eles disseram que se tivesse algum curso eles viabilizariam para as professoras do projeto. (...) Os cursos são muito caros e muitas vezes não tínhamos como pagar". Acreditamos que a qualidade de ensino na escola passa pela qualidade dos professores e outros profissionais que estão comprometidos com a formação dos educandos. Portanto, houve negligência por parte da prefeitura em não criar condições para que estes profissionais ampliassem seus co-

nhcimentos em relação à Dança e à educação.

Os profissionais da Educação, dentre eles os professores, devem engajar-se no compromisso de buscar elementos, meios, não somente no seu conhecimento, mas também no conhecimento do aluno, na sua realidade e na realidade da escola. Compreendendo-a para transformá-la. Comprometer-se com a condição de atuação e reflexão sobre a práxis e sobre a realidade vivida. Sobre isso, Demo (1995) diz que toda forma brilhante de ler e compreender a realidade, é brilhante também porque é uma forma de enfrentar os problemas que nos cercam. Por isso devemos sempre confrontar a teoria com a realidade histórica, estimulando a criação e motivação para o questionamento crítico do aluno dentro de uma visão emancipatória. Dentro deste processo, percebemos a importância de um profissional bem capacitado, comprometido com a educação e a formação de seus alunos, deixando de lado a neutralidade frente ao mundo e aos problemas. Para Freire, "o profissional deve ir ampliando seu conhecimento em torno do homem, de sua forma de estar sendo no mundo, substituindo por uma visão crítica a visão ingênua da realidade, deformada pelos especialismos estreitos" (2001:21).

Sobre a concepção de Dan-

ça, ensino encontrado neste projeto, pode-se dizer que a falta de capacitação dos professores envolvidos no projeto de Dança, ao nosso ver contribuiu, em parte, para uma compreensão reduzida dos mesmos. Isto ficou evidenciado principalmente nas questões relacionadas à metodologia, aos conteúdos e aos objetivos da Dança e sobre o projeto em si.

Pudemos observar que as respostas apontam para diferentes concepções de Dança: instrumental, funcionalista e utilitária. Instrumental, porque os conteúdos se restringiram basicamente à história da Dança, aos diferentes estilos, algumas técnicas e movimentação livre e espontânea. Concepção funcionalista, porque os objetivos se generalizam desde o desenvolvimento das qualidades físicas, psíquicas, sociais, afetivas, bem como o desenvolvimento artístico (comunicação e expressão), até valores morais, cívicos e culturais. Por fim, a concepção utilitária, porque viam a Dança e a valorizavam apenas como objeto usado em apresentações de festas e datas comemorativas. Nas palavras da professora Luíza: "observamos a valorização da Dança apenas na abertura de gincana, feira de livro, de ciência ou alguma coisa que estava relacionado à parte escolar. Nestes casos a Dança estava sempre envolvida". Todas as pessoas entrevistadas disseram que este projeto não tinha como intuito o de-

envolvimento da técnica e da performance, por acreditarem que a Dança na escola deve estar direcionada a ações pedagógicas e não competitivas. Esta questão fica evidente nas palavras da professora Luiza “o objetivo do projeto num todo não era fazer com que o aluno entrasse num limite competitivo, de performance muito alta. O objetivo era que o aluno pudesse sair de casa, fazer sua aula de Dança”. Para Fiamoncini (2003), estes conteúdos, assim como os objetivos, sem dúvida são importantes e integrantes do ensino de Dança, mas não podemos reduzir tal ensino à mera transmissão de um conhecimento já existente, muito menos tratar a Dança como objeto único para agradar pais e diretores, para mostrar uma escola bonita, pensando apenas numa produção final. Isso significaria deixar de lado o ensino da Dança como um processo de aprendizagem. Para esta mesma autora devemos “entender a Dança enquanto facilitadora de uma educação que priorize todas as dimensões do ser humano” (idem p. 60).

Sobre isso, devemos deixar claro que dentro de nosso entendimento o ensino da Dança no âmbito educacional deve corresponder a uma perspectiva crítica da educação. Contribuir para a formação de sujeitos mais sensíveis, críticos, criativos e expressivos, atores e construtores de suas próprias realidades, para que possam compreender e lutar por seus

direitos enquanto cidadãos. Portanto, há necessidade de capacitar professores, diretores, auxiliares de ensino, ou seja, todos que estão envolvidos no ambiente escolar, para que através de suas práticas e ações possam viabilizar esses acontecimentos dentro do contexto escolar. Esta é função e dever do Estado. Não basta somente garantir o acesso das crianças à escola, mas também a permanência bem sucedida, qualificada e prazerosa.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Sobre políticas públicas, percebemos que estas estão intimamente interligadas a interesses políticos e de poder. A maneira que elas serão ou são processadas dependerá diretamente de quais interesses e a quem elas servem. No entanto, a organização de uma sociedade que luta e reivindica seus direitos pode fazer a diferença. Esse processo de organização da sociedade está diretamente relacionado ao grau de educação das pessoas. Quanto mais e melhores educadas, conscientes e conhecedoras de seus direitos, maior a chance de se organizarem e ganharem a luta. É dentro deste contexto de lutas, reconhecimento e organização que temos a contribuição da Dança e da educação crítica e emancipatória.

Durante esta pesquisa per-

cebemos que ainda são reduzidas as concepções de Dança e de educação desenvolvidas no projeto abordado. Os conteúdos, objetivos, metodologias estavam quase sempre direcionados ao simples repasse de conhecimentos e informações, sem haver preocupação com uma perspectiva crítica. Nesta os sujeitos são levados a refletir sobre suas realidades para que possam transformá-la, ou pelo menos lutar para que esta transformação aconteça.

Reconhecemos a importância que estes projetos extracurriculares têm no âmbito escolar, principalmente levando em consideração à oportunidade de diversificar as experiências do movimento humano através da Dança ou de outros conteúdos da Educação física. Porém devemos estar atentos para que os mesmos não sejam usados como instrumento de manobras políticas partidárias com fins eleitorais, em detrimento ao compromisso educacional e social.

Chegamos ao final deste estudo certos de que deixamos uma pequena contribuição para o engrandecimento do projeto Dança Escolar, bem como para outros projetos que virão. Sabemos que seria muita pretensão de nossa parte pensar que este assunto chegou a sua exaustividade, pois dentro deste universo de informações conseguimos salientar apenas alguns aspectos que

neste momento nos pareceram mais importantes. Ficará para uma próxima oportunidade dissertar sobre outras questões que ficaram para trás.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Janete M. Lins De. A Educação como Política Pública. São Paulo: Autores Associados, 1997. Polêmicas do Nosso tempo, V. 56.
- DEMO, Pedro. Pesquisa Qualitativa. Princípio Científico e Educativo. São Paulo: Cortez, 1996.
- _____. Cidadania Tutelada e Cidadania Assistida. São Paulo: Autores Associados, 1995.
- _____. Política, Educação e Cidadania. Campinas: Papirus, 1996.
- FIAMONCINI, Luciana. Dança na educação: a busca de elementos na Arte e na estética. Dissertação de mestrado em Educação. Florianópolis:UFSC, 2003.
- FREIRE, Paulo. Educação e mudança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- FREIRE, Paulo. Conscientização. Teoria e prática da libertação. Uma introdução ao pensamento de

Paulo Freire. São Paulo: Moraes, 1980.

LINHALES, Meily A. São as políticas públicas para a Educação Física/ esportes e lazer, efetivamente políticas sociais? In: Políticas Públicas: educação física/esporte/ lazer. Motrivivência. Ano 10. N 11, setembro de 1998. P. 72-81.

LUDCK, Menga; ANDRÉ, Marli. Pesquisa em educação. Abordagem qualitativa. São Paulo:EPU, 1986. Temas básicos de educação e ensino.

MARQUES, Isabel A. Ensino da dança hoje. São Paulo: Cortez, 1999.

SARAIVA, Maria do Carmo. Dança e Gênero na Escola: formas de ser e viver mediadas pela Educação Estética. Dissertação de Doutorado. Portugal: 2003.